

Na sequência do assinado protocolo entre a Câmara Municipal [REDACTED] e o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública (PSP) [REDACTED] para um projeto de câmaras de vigilância a operarem nas vias públicas do centro histórico, [REDACTED] com o objetivo da PSP ficar responsável pela visualização e monitorização das imagens em tempo real, bem como da conservação e tratamento de dados recolhidos, venho como natural e residente manifestar a minha indignação junto desta Comissão contestando veementemente o projeto e pedindo à Comissão que não dê parecer favorável a isto.

O fundamento deste projeto de vigilância segundo o presidente da Câmara Municipal, visa "criar um efeito dissuasor da prática de diversos ilícitos criminais, dando maior segurança aos comerciantes, moradores e visitantes do Centro Histórico da Cidade, incluindo a zona ribeirinha, na citação do presidente achada no jornal regional [REDACTED] com o aberrante título "Centro histórico vai ter sistema de videovigilância", como se o projeto já tivesse tido alguma "Luz verde" da Comissão, numa convicção de título que só revela a falta de sensibilidade e de visão que transparece sobre o assunto, como que se fosse a câmara municipal ou a PSP a poderem decidir sobre o processamento e tratamento de imagens dos cidadãos.

Não conheço a realidade à volta do distrito. O distrito é enorme com imensos concelhos e abrangendo outras cidades. Mas conheço muito bem a realidade da cidade, porque vivo nela... E ao viver nela, posso dizer que é uma das cidades mais seguras do país. Não há taxa de criminalidade, porque não há crime! É uma cidade pacata, sossegada e tranquila. Todas as pessoas se conhecem. É uma cidade muito pequena. Não faz sentido nenhum montarem-se sistemas de vigilância com câmaras. Pode haver um ou outro problema com um específico grupo num específico estabelecimento comercial à noite, por causa do consumo do álcool ou de estupefacientes. É um problema transversal que existe em todas as cidades e vilas e é um problema que se resolve com patrulhamento. O centro histórico fica a 2 passos da esquadra da PSP, basta um pequeno patrulhamento para dissuadir eventuais ilícitos criminais. É com a presença física da PSP que se consegue combater o crime e não com câmaras. As câmaras não resolvem nada! [REDACTED] não é nenhuma Londres! Não temos que copiar o que vemos lá fora, só por copiar. Temos que ser sensíveis à realidade e não nos pormos a limitar direitos, liberdades e garantias constitucionais só porque sim e a inventar fundamentos!

Se queremos tanto imitar o estrangeiro e copiar modelos tecnológicos, devemos pôr os olhos em cima dos países mais sofisticados. Em 2016 a Suécia proibiu o voo de drones com câmaras de videovigilância, porque os equipou a câmaras de vigilância voadoras. Era isto que devíamos fazer e não instalar câmaras de vigilância por todo o lado. **Não é por estarmos numa altura pandémica que isso nos legitima a termos drones a voarem na praia para controlar o aglomerado de pessoas.** Isso não serve como desculpa! Se queremos controlar as pessoas na praia é a Polícia Marítima que tem que fazer patrulhas na praia a cavalo, de bicicleta ou a pé. Digo fazer patrulha a cavalo, desde que os cavalos vivam felizes em liberdade ou semiliberdade. Não é fazer a patrulha através de drones nem de câmaras de vigilância. **Ter drones por cima de nós a voar como ter câmaras espalhadas dão cabo dos nossos direitos de personalidade, matam o nosso direito à imagem, o nosso direito à liberdade de expressão e de movimentos e chocam com o direito à reserva da vida íntima privada,** porque quando eu estou numa praia estou sim na minha vida íntima e privada!!!

São múltiplos os casos, para além do britânico que a videovigilância através das câmaras não reduziu o crime como em Atenas e Berlim e que noutros casos surgiu um efeito de "reality show" por quem operava as câmaras como em Milão. «*A elegante capital da moda, Milão, começou a vestir a tecnologia das câmaras perto de 2000, dando*

um efeito reality show aos operadores de câmaras, porque estar atrás das câmaras era semelhante a estar a assistir a programas de televisão, só que com gente bonita, porque o povo italiano é um povo muito bonito, que fica muito bem nas câmaras, e neste “ficar bem”, a videovigilância acabou, pois, por contribuir para uma classificação prévia e discriminatória de quem é que era delinquente. (...)

A implementação dos sistemas de vigilância em Atenas foram uma exigência externa na altura dos Jogos Olímpicos, numa altura de guerra contra o terrorismo. Mas logo a seguir as câmaras foram vendidas a entidades privadas para a instalação nas principais ruas onde justamente se continuarem a registar imensos mortos. A videovigilância não resolve crime nenhum! Não evita morte nenhuma! O que regista, é a morte! São mortes em tempo real!», in 2080 de Antoine Canary-Wharf (página 229 da 1ª Ordem da 1ª Impressão).

Se Gil de Sales Giotto soubesse que o comando da polícia iria assinar um protocolo com a câmara municipal para instalar câmaras de videovigilância no Centro Histórico e no Jardim que é ex-libris da cidade, Gil de Sales Giotto não teria escrito a poesia que escreveu *À Velocidade da Luz*. *À Velocidade da Luz* teria escrito outra poesia. Teria certamente implorado por mais patrulhas! Porque só com a patrulha é que se resolve verdadeiramente o crime! Só com a presença física da força policial, é que eu consigo verdadeiramente dissuadir os “diversos ilícitos criminais”. Não é com câmaras nenhuma. «(...) se eu for bandido ou quiser ser bandido basta apreender o mapa das câmaras e saber em que becos do centro histórico posso ser bandido. (...) [se eu for bandido] posso simplesmente meter um capuz e assaltar precisamente onde há uma câmara. Uma besta ou um perverso pode até ter prazer em estrangular ou esfaquear alguém à frente de uma câmara. Há gangues tecnológicas que filmam os crimes e disseminam o vídeo criminoso como um vírus pela dark net. Ou seja, uma câmara até pode motivar mais para o crime tecnológico! Há quem tenha a adrenalina deste tempo real criminoso dentro de si! E por ter essa adrenalina, sabe muito bem que pode esfaquear e a seguir fugir encapuzado. Isto aconteceu em Londres! Em Londres, onde a polícia sem drones já anda a voar *À Velocidade da Luz* de Gil de Sales Giotto desde 1998. (...) se eu sei que há pessoas que filmam a morte dos outros e têm prazer nisso, também tenho que saber que uma câmara pode ser exatamente o sítio perfeito para um encapuzado executar ao vivo e a cores o espírito de alguém. Uma câmara não protege nada! Só desprotege o espírito!» in 2080 de Antoine Canary-Wharf (páginas 222 e 231 da 1ª Ordem da 1ª Impressão).

O aparecimento da videovigilância no espaço público britânico vem deste o início dos anos 80 do século XX. E daí, veio uma escalada brutal da instalação de câmaras nunca visto nos outros países. A iniciativa mais significativa de implementação de *Closed Circuit Television* foi definida no âmbito do *Home Office Crime Reduction Programme* em 1998, em que foram disponibilizados 170 milhões de libras para o financiamento da instalação de câmaras de vigilância, em parques de estacionamento, zonas residenciais e centros das cidades. Em 2002, já havia 4 milhões de câmaras instaladas pelo Reino Unido. Em 2004, já havia 10 milhões de videocassetes a serem gravadas todos os dias, veja-se bem a escaldada disto! Em média, um britânico seria filmado mais de 500 vezes por semana, sendo um londrino 300 vezes por dia. O impacto da videovigilância apresentou resultados díspares. **Em muitos locais não se verificou qualquer alteração da criminalidade e em muitos outros locais verificou-se um aumento dos níveis de criminalidade.** Isto é um dado muito importante e que me espanta quem decida ocupar um cargo importantíssimo seja num governo, numa comissão de proteção de dados ou na presidência de uma câmara municipal que não faça primeiro um “trabalhinho de casa” de investigação e veja o que já foi implementado noutros países e veja se resultou e quais é que foram os verdadeiros interesses e financiamento por detrás do projeto. Porque se sabemos que outros países já o fizeram em 2004 e os resultados não foram os melhores e nós estamos em 2021 e vamos ver exatamente aquilo que foi feito em 2004 é porque as agendas não estão com o melhor GPS, a bússola está errada! Andam sem bússola! Se queremos implementar uma “experiência dados”, talvez fosse prudente mergulhar nas experiências de dados que já foram feitas há mais de 10 anos para percebermos um pouco melhor as coisas e sabermos investir verdadeiramente o dinheiro público de forma a não violar os direitos e liberdades de todos!

Quando perguntaram aos britânicos inquiridos no âmbito do estudo do Projeto *Urban Eye* da Comissão Europeia 90% mostraram-se favoráveis. Mas para os alemães, austríacos, dinamarqueses, noruegueses e espanhóis que também fizeram parte do estudo, juntamente com os húngaros, para eles seria aberrante! As culturas são diferentes! Se eu tivesse nascido com câmaras de vigilância talvez não me importasse sem ser filmado 24 horas. Mas eu não nasci com câmaras. Nasci na melhor janela espiritual dos direitos. Nasci com um Direito que me ensinou a proteger os meus direitos de personalidade, a defender a minha imagem, a minha vida privada, a minha intimidade, as histórias da minha vida real e a acordar a tempo para a Internet das Coisas, para o poderio da resolução das câmaras e do áudio dos microfones, para a Inteligência Artificial, para o mercado negro dos dados e sobretudo para o perigo das minhas histórias da minha vida real irem parar inconstitucionalmente, ilicitamente, ilegitimamente, imoralmente aos olhos, mãos e ouvidos de quem não era meu namorado ou não era meu amigo e a quem eu não queria revelar.

Cantei mil vezes à noite no centro histórico, subi às cavalitas do meu namorado mil e uma vezes enquanto andávamos felizes pelas suas ruelas, o meu namorado roubou-me mil e um beijos num ou noutro beco à noite... E saber que tudo isso iria chegar ao fim com sumptuosas câmaras???? A polícia ter de saber com quem é que eu andava? Saber com quem é que eu saía à noite ou deixava de sair? Sabendo que há câmaras de vigilância no Centro Histórico obriga-me a aprender o mapa delas para não circular nas ruas onde há câmaras cortando obviamente a minha liberdade de movimentos e toda a minha liberdade de expressão. Eu ando a dançar. Vou ter que começar a andar direito quando eu gosto de andar a dançar, quando tenho um andar muito próprio que me caracteriza logo e que uma Inteligência Artificial se excita toda ao ver-me a deambular como um fantasma dançarino no seu jogo de câmaras? Estamos num jogo de câmaras? É um Gaming da Jupiter Editions? Antes fosse, porque assim ganhava jupits e apanhava uma nave espacial para *Jupiter* de Gabriel Garibaldi! Nem numa sociedade alienígena como em *Jupiter* de Gabriel Garibaldi há câmaras de vigilância!

Não faz sentido nenhum virmos restringir as liberdades de movimento e limitarmos os direitos de personalidade que são direitos constitucionalmente consagrados. Porque haver uma câmara faz com que eu não me expresse como quero e faz com que eu limite os meus movimentos. Na Rua Pedro o Restaurante típico nº6 de há mais 66 anos instalou uma câmara por cima da porta do restaurante que apanha toda a via pública. Essa câmara é ilegal e deve ser imediatamente retirada! Aproveito assim para denunciar neste email esta câmara de vigilância. Esta câmara foi instalada nas medidas gerais de prevenção para os estabelecimentos comerciais em que os restaurantes tinham de estar fechados, podendo funcionar em regime de *take-way* em que servia à porta. Formaram-se filas de clientes à porta deste restaurante na hora do almoço. O que é que este restaurante que existe há mais 66 anos fez? Resolveu instalar uma câmara que filmasse permanentemente as filas à porta do restaurante. Isto não faz sentido nenhum! Isto é um crime! É um aproveitamento que se está a fazer da inocência e ingenuidade das pessoas. É brincar com os direitos das pessoas. É interferir e invadir nas esferas jurídicas de todos. E este restaurante que existe há mais de 66 anos invadiu também a minha esfera jurídica, porque agora obriga-me a passar sempre para o outro lado da estrada, porque eu não quero que este restaurante típico, que não é nenhum banco legal de dados, processe e trate a minha imagem. Porque não tem nada que tratar.

Aproveito o presente email para denunciar mais 5 câmaras de vigilância. Uma delas pertence a um particular, que é a casa nº 58 na Rua Abreu que tem uma big câmara a apontar diretamente para toda a via pública, filmando qualquer pessoa que aí passe, conforme o *screen shot* do *Google Maps* enviado em anexo "cam1", que se vê a câmara do lado direito da imagem. As outras 4 câmaras pertencem a entidades privadas, a saber:

- i) a da empresa de eletricidade na Avenida Dom Afonso Henriques, em que se vê a câmara instalada por cima das letras do logotipo da empresa;
- ii) a da empresa de alarmes na Nova Avenida do Filho do Engenheiro Mota que faz a Nova Perpendicular com a Avenida Dom Afonso Henriques;
- iii) a câmara instalada nas traseiras das Piscinas Municipais que está a filmar diretamente a entrada e saída de pessoas num jardim (nas traseiras das piscinas fica um jardim);
- iv) ainda na Avenida D. Afonso Henriques a câmara da instituição de crédito, enviando-se também em anexo "cam3".

Aproveito também esta carta para denunciar a padaria sita na Rua Pedro, em frente ao centro comercial, que tem um aviso à porta a dizer que procede à gravação de imagens e som não identificando quem é o responsável pelo processamento e tratamento de dados e que me espanta a finalidade ou legitimidade que este estabelecimento tem para gravar as conversas dos clientes e dos trabalhadores!!!!!!!!??????

Fica assim cumprida a minha missão na minha melhor ciência de reportar todos estes casos à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Não me quero alargar muito em considerações jurídico-fundamentais, mas queria trazer a minha ciência jurídica para a reflexão do assunto sendo aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e tendo um Curso Avançado de Inteligência Artificial e Direito. Certo é que, o direito à segurança é um direito constitucional como os direitos de personalidade fundamentalíssimos para o desenvolvimento livre da personalidade de cada indivíduo. E no choque de direitos constitucionais em que vamos sacrificar uns para proteger ou dar aplicabilidade direta e imediata a outros, só o podemos fazer na medida do indispensável e sempre na razão do princípio da proporcionalidade. É preciso atender às características próprias do meio, aos habitantes da cidade, antes de se decidir, se faz ou não sentido instalar câmaras numa cidade que é pacata e sossegada e se as câmaras não vêm só desassossegar o sossego, calma e tranquilidade de que se vive nela. É preciso é explorar a fundo o que está verdadeiramente por detrás dos interesses das cabeças que querem montar o reality show à custa e sacrifício da imagem e da vida real das pessoas. Porque se o que está verdadeiramente por detrás é a estratégia de segurança, então que se faça mais patrulhamentos da polícia. É só saírem da esquadra e darem uma volta que o centro histórico é mesmo à frente, a 2 passos da esquadra e muito bonito para se deambular nele à noite. Eu que não sou polícia, patrulho-o todas as noites e não me canso de o patrulhar!

Não é justificável a instalação de câmaras de videovigilância em nenhuma parte de ██████████ !

Espero que este meu email mereça o melhor acolhimento da Comissão Nacional da Proteção de Dados.

Cordialmente,

Antoine Canary-Wharf, 23 de maio de 2020

JUPITER EDITIONS® Publicado em www.jupitereditions.com em 19/09/2021

O autor não obteve nenhuma resposta por parte da Comissão e em agosto de 2021 um jornal da região publicou que a Comissão deu luz verde e que se seguiria o processo de instalação de câmaras de vigilância no centro histórico e à entrada de um jardim ex--Libris da cidade. O autor já comunicou à Jupiter Editions que continuará a dirigir cartas à câmara municipal no sentido de sensibilizar à não instalação ou desinstalação das câmaras independentemente do investimento aplicado. Denuncia na mesma linha que a câmara municipal está a fazer gestões “à parva de dinheiro”, dando o exemplo de a câmara ter “posto” 1 milhão e 75 mil euros para reabilitar o largo do respetivo jardim, largo que não precisava de intervenção urgente e mesmo que fosse necessária, alega o autor que o máximo de dinheiro que deveria ser investido para a reabilitação do referido largo seria de 120.000,00€ alegando que “fez o trabalho de casa que não lhe competia” de achar empresas de construção, engenharia civil e manutenção dos espaços públicos no distrito que fariam a obra de empreitada por 90.000,00€. O autor alega ainda outras más gestões de dinheiro público da câmara relativamente aos preços-base nas ofertas de concursos públicos lançados pela mão desta e que ficará em estado vigilante como uma autêntica câmara de vigilância. O autor informa que continuará a dirigir cartas à Câmara Municipal e à Comissão Nacional de Proteção de Dados e se não obtiver resposta em determinado prazo razoável demandará a comissão e a câmara municipal no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa juntando uma petição dos moradores da cidade num organizado evento protesto contra a instalação de câmaras de vigilância. O autor frequenta todos os dias o jardim com o seu namorado, família e amigos e não quer que as suas entradas e saídas do jardim sejam monitorizadas e fiquem registadas num sistema informático da PSP. Palavras do autor. Custas pelo autor.

JUPITER EDITIONS®